

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 492, DE 1999

Determina a citação do autor, quando abandonada a causa, sob pena de extinção do processo e dá outras providências.

Autor: Deputado ENIO BACCI

Relator: Deputado WILSON SANTOS

I - RELATÓRIO

O projeto de lei que ora nos chega para exame pretende alterar o inciso III do art. 267 do Código de Processo Civil, para que, em caso de abandono da causa por parte do autor, o processo somente seja extinto, sem julgamento do mérito, depois de ocorrer a citação do mesmo para movimentar o feito.

Trata-se de apreciação conclusiva por parte desta Comissão. Esgotado o prazo regimental, não sobrevieram emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A preocupação demonstrada pelo ilustre Autor desta proposição, de se intimar o autor para movimentar o processo, antes de se extinguir o feito por abandono, já e atendida pelo Código de Processo Civil.

Com efeito, o inciso III do art. 267 determina a extinção do processo, sem julgamento do mérito, quando, por não promover os atos e diligências que lhe competir, o autor abandonar a causa por mais de trinta dias.

Porém, nos termos do § 1º, do mesmo art. 267, o juiz somente ordenará o arquivamento dos autos, declarando a extinção do processo, se a parte, intimada pessoalmente, não suprir a falta em quarenta e oito horas.

Temos para nós que esse prazo de 48 horas é por demais exíguo, merecendo ser aumentado, para o que sugerimos que passe para 5 dias. Nesse aspecto, o projeto seria oportuno, já que, com relação à pretendida alteração do inciso III, o projeto seria desnecessário, pois “legem habemus”.

Destarte, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do PL nº 492/99, nos termos do substitutivo que a ele oferecemos, em anexo a este parecer.

Sala da Comissão, em 02 de dezembro de 2003.

Deputado Wilson Santos
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 492, DE 1999

Dá nova redação ao art. 267, § 1º, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei aumenta os prazos para que as partes, intimadas pessoalmente, impeçam a extinção do processo sem julgamento do mérito, nas hipóteses dos incisos II e III do art. 267 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil.

Art. 2º O § 1º do art. 267, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 267.

§ 1º. O juiz ordenará, nos casos dos nºs II e III, o arquivamento dos autos, declarando a extinção do processo, se a parte, intimada pessoalmente, não suprir a falta em 5 (cinco) dias.

§ 4º.....(NR)”

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 02 de dezembro de 2003.

Deputado WILSON SANTOS

Relator